

OPERAÇÃO CRÉDITO OCULTO CUMPRE MANDADOS EM 29 ENDEREÇOS E MIRA ESTRUTURA FINANCEIRA QUE MOVIMENTOU R\$ 11,6 BILHÕES

AÇÃO INTEGRADA DA POLÍCIA DE SÃO PAULO, MPSP E RECEITA FEDERAL É DESDOBRAMENTO DA OPERAÇÃO CARBONO OCULTO E OCORRE EM SÃO PAULO E OUTROS SEIS ESTADOS.

Imagem: Divulgação/Governo de SP



Apurações apontam com indícios de ocultação patrimonial e dissimulação da origem de recursos

A Operação Crédito Oculto cumpre mandados de busca e apreensão em 29 endereços vinculados a 13 pessoas físicas e 24 pessoas jurídicas nesta quinta-feira (24). A ação reúne as polícias Militar e Civil, o Ministério Público de São Paulo (MPSP), a Receita Federal, a Secretaria de Estado da Fazenda e a Procuradoria-Geral de São Paulo. Também tem apoio dos GAECOs de Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo.

Desdobramento da Operação Carbono Oculto, a investigação aponta que os envolvidos teriam criado diferentes camadas de empresas e operações financeiras para dificultar a identificação dos reais responsáveis pelos recursos e pelos bens adquiridos. Entre as estruturas analisadas estão fintechs, fundos de investimento, holdings, empresas patrimoniais e empresas de fachada.

De acordo com as apurações, uma empresa do grupo financeiro investigado movimentou aproximadamente R\$ 11,6 bilhões entre 2021 e 2025. Os investigadores identificaram ainda o

envio de cerca de R\$ 100 milhões para uma empresa sucroalcooleira, em uma operação que teria servido para financiar a aquisição da distribuidora de combustíveis.

A estrutura investigada teria sido construída em diferentes etapas. Inicialmente, empresas e fundos foram utilizados para ocultar os reais controladores de uma usina sucroalcooleira. Depois, a empresa passou a fazer parte de uma estrutura financeira criada para viabilizar a aquisição da distribuidora. Segundo as investigações, os recursos circulavam por diferentes empresas e contas utilizadas como passagem antes de chegar às estruturas que formalizariam as operações.

O Comando de Policiamento de Choque representa a Polícia Militar na operação. Segundo o coronel Rogério Nery, comandante da tropa especializada, a atuação integrada visa garantir o cumprimento das medidas judiciais com segurança e eficiência. “O objetivo é atingir não só o crime, mas as estruturas que o sustentam”, disse.



DINHEIRO DE QUEM?

A política brasileira criou uma espécie de ritual em torno das emendas parlamentares. O deputado anuncia, o prefeito agradece, a entidade beneficiada comemora, as redes sociais fazem o restante e, por alguns dias, parece que o dinheiro saiu diretamente do bolso de quem fez o anúncio. A fotografia fica bonita, a legenda fala em conquista e a população é convidada a agradecer. Só existe um pequeno problema nessa encenação: o dinheiro não pertence ao parlamentar, ao prefeito nem à entidade que o recebe. É dinheiro do contribuinte. É dinheiro de todos nós.

Então, talvez esteja na hora de trocar a pergunta “quem trouxe a emenda?” por outra, bem menos confortável: “por que o nosso dinheiro foi parar lá?” Quem decidiu? Por quê? Quanto foi efetivamente pago? O que foi entregue? E, principalmente, o que a população ganhou com isso?

Emenda parlamentar é um instrumento legítimo do orçamento e pode atender necessidades reais. O problema começa quando dinheiro público é apresentado como favor pessoal. O político anuncia, a foto circula, o agradecimento vem — e o cidadão quase desaparece da história. Quem paga a conta vira espectador; quem apenas indicou o destino do dinheiro vira benfeitor.

Mas o dinheiro não é do deputado. Não é do prefeito. É nosso. E também não é moeda de troca por voto.

Uma emenda não deveria comprar gratidão, fidelidade política ou voto. Recurso público não é presente e eleitor não é devedor. O parlamentar não está fazendo caridade com dinheiro próprio; está participando da destinação de recursos públicos. E o cidadão não deve um voto a ninguém porque uma obra, um equipamento ou uma verba chegou ao seu município.

Se uma emenda atende uma necessidade real, ótimo. É para isso que o recurso público deve servir. Mas o mérito está no resultado entregue à população — não na fotografia de quem anunciou o dinheiro.

Por isso, já que as emendas existem, vamos entendê-las. Menos aplauso, mais cobrança.

O Portal da Transparência permite acompanhar diferentes etapas da execução, inclusive valores empenhados e pagos, favorecidos, localidade, tipo de emenda e área de atuação. Isso é fundamental porque empenhar não é pagar, pagar não é executar e executar não significa necessariamente resolver um problema. Uma emenda pode ser anunciada com pompa e circunstância e ainda estar muito longe de produzir qualquer benefício concreto para o cidadão. Essa distinção deveria estar estampada em letras maiores do que o nome do parlamentar.

Empenho é, em termos simplificados, uma reserva orçamentária, uma promessa de pagamento. O pagamento é outra etapa. Depois ainda existe a execução do objeto, a entrega do serviço, da obra, do equipamento ou daquilo que foi financiado. E existe, finalmente, aquilo que deveria ser o objetivo de todo esse processo: o resultado.

Uma ambulância entregue não é apenas uma fotografia de entrega. Precisa atender pacientes. Uma obra inaugurada precisa funcionar. Um equipamento comprado precisa ser utilizado. Uma verba destinada à saúde precisa melhorar a saúde. Parece elementar, mas a política brasileira frequentemente transforma o anúncio do recurso no ponto final de uma história que deveria apenas estar começando.

E aqui surge uma questão que merece muito mais atenção da sociedade: quem decide para onde o dinheiro vai? Porque o fato de uma instituição poder receber uma emenda não significa automaticamente que ela seja a prioridade pública. Uma prefeitura pode ter dez necessidades urgentes e receber recursos para uma décima primeira. Uma entidade pode ter capacidade de articulação política extraordinária e uma necessidade legítima, enquanto outra, talvez menos conhecida e menos conectada aos gabinetes, enfrenta uma demanda ainda mais urgente.

Se a escolha do beneficiário depender mais da capacidade de chegar ao parlamentar do que da dimensão do problema que precisa ser resolvido, alguma coisa está fora do lugar.

Isso não significa afirmar que determinada emenda foi irregular ou que determinado beneficiário não merecia o recurso. Significa defender um princípio bastante simples: necessidade pública deveria pesar mais do que conveniência política.

E essa é uma diferença importante. O parlamentar tem legitimidade para participar da definição das emendas dentro das regras orçamentárias. Mas legitimidade não elimina responsabilidade. Pelo contrário. Quanto maior o poder de direcionar recursos, maior deveria ser a disposição para explicar os critérios utilizados.

No ambiente empresarial, ninguém administra dinheiro sem perguntar qual é a finalidade, qual será o custo, qual é o retorno esperado e quem será responsável pela execução. Não porque empresários sejam mais virtuosos, mas porque dinheiro mal aplicado aparece no balanço.

No setor público, existe uma tentação perigosa de imaginar que o dinheiro não tem dono porque tem muitos donos. Tem. O dono é o contribuinte. E justamente porque é de todos, deveria ser tratado com mais rigor, não com menos.

Os números ajudam a entender a dimensão do problema. O Portal da Transparência registra, para 2025, mais de R\$ 47 bilhões em valores empenhados em emendas parlamentares e mais de R\$ 31,5 bilhões pagos. Em 2026, os valores disponíveis na consulta são parciais, porque o exercício ainda está em andamento. Não é dinheiro pequeno, residual ou simbólico. É uma quantidade de recursos capaz de interferir em políticas públicas e, justamente por isso, não pode ser tratada como uma coleção de favores concedidos por políticos generosos.

E talvez seja aí que a população precise prestar mais atenção.

Emenda não deveria comprar gratidão. O parlamentar não está fazendo caridade. Está participando da destinação de recursos públicos. O prefeito que recebe também não deveria apresentar a verba como um presente pessoal de Brasília ou de São Paulo. Está recebendo dinheiro que será utilizado em uma política pública.

Agradecer institucionalmente é uma coisa. Transformar recurso público em patrimônio eleitoral de quem indicou é outra.

A diferença pode parecer semântica, mas não é. Quando uma emenda vira peça de propaganda pessoal, o cidadão passa a enxergar o político como alguém que “trouxe dinheiro” e não como alguém que exerceu uma função pública.

O resultado é perverso: o parlamentar começa a ser premiado pela capacidade de anunciar recursos, não necessariamente pela qualidade das escolhas que faz.

E quem decide onde colocar o dinheiro também deveria estar disposto a explicar onde não colocou. Porque orçamento é escolha. Se o recurso vai para um lugar, não vai para outro. Se uma área recebe prioridade, outra pode esperar. Se um município recebe determinado investimento, outro talvez fique sem aquele recurso.

Por isso, a discussão sobre emendas não deveria ser apenas “quanto meu deputado trouxe?”, mas também “por que trouxe para cá e não para outra necessidade mais urgente?”

Essa pergunta não é antipolítica. É exatamente o contrário. É uma pergunta democrática.

O Tribunal de Contas da União tem mostrado por que essa fiscalização não é preciosismo. Em auditorias sobre transferências especiais, o TCU encontrou problemas relevantes em parte expressiva das operações examinadas, reforçando a necessidade de transparência, rastreabilidade e controle sobre a aplicação dos recursos. Isso não permite transformar toda emenda em suspeita, mas deveria impedir que qualquer emenda fosse recebida como bênção incontestável.

Dinheiro público precisa ser acompanhado justamente porque é público.

Também precisamos superar outra confusão: entidade beneficiada não é necessariamente sinônimo de entidade privilegiada. Hospitais filantrópicos, organizações sociais e instituições que prestam serviços relevantes

podem, evidentemente, precisar de recursos públicos. A questão é saber quais são os critérios, quais contrapartidas existem, como os recursos serão aplicados, quem fiscalizará e qual resultado será entregue.

Uma boa causa não torna desnecessária a prestação de contas. Pelo contrário. Quanto mais importante a causa, maior deveria ser o cuidado com o dinheiro destinado a ela.

No final, a pergunta mais importante não deveria ser quem conseguiu a emenda, quem apareceu na foto ou quem publicou primeiro nas redes sociais. Deveria ser outra: o cidadão que precisava daquele serviço percebeu alguma mudança?

Se percebeu, ótimo. O dinheiro cumpriu sua finalidade e deve ser reconhecido como investimento público bem executado.

Se não percebeu, alguma coisa precisa ser explicada.

É nesse ponto que o eleitor também precisa amadurecer. Não deveria agradecer automaticamente por uma emenda. Deveria acompanhar. Não deveria se impressionar com o valor anunciado. Deveria verificar quanto foi efetivamente pago. Não deveria olhar apenas o nome de quem indicou. Deveria procurar o beneficiário, a finalidade e a execução.

O próprio Portal da Transparência permite esse acompanhamento, inclusive integrando informações sobre emendas, convênios e o ciclo da despesa.

A política talvez não goste muito dessa mudança de comportamento. É muito mais fácil entregar uma placa do que explicar um relatório. É mais simples anunciar milhões do que demonstrar o resultado de cada real. É mais fotogênico cortar uma fita do que responder por que determinada prioridade foi escolhida.

Mas é justamente aí que começa a cidadania adulta.

Como empresário, aprendi que dinheiro não se mede pela quantidade que entra na planilha, mas pelo resultado que produz. O setor público deveria pensar da mesma maneira.

Recurso público sem resultado é apenas despesa com uma boa narrativa.

Por isso, antes de aplaudir o próximo anúncio de uma emenda parlamentar, talvez valha fazer três perguntas bastante inconvenientes: quem decidiu, por que decidiu e o que foi entregue?

Se houver boas respostas, não há motivo para desconfiança. Há motivo para reconhecimento.

Se não houver, talvez a fotografia mereça menos aplausos e mais lupa.

Porque emenda parlamentar não é presente de político.

É dinheiro do povo passando pelas mãos do poder. E quem passa a mão nesse dinheiro tem obrigação de explicar exatamente para onde ele foi.



Erick Gomes

Empresário

@erickgomes.sp

Matilda

O MUSICAL

25
e
26
Set
2026

TEATRO MUNICIPAL
DR. LOSSO NETTO
PIRACICABA - SP

COMPRE ON-LINE EM

SYMPLA.COM.BR

WWW.PORTALPZ.COM.BR

— PORTAL PONTO ZERO —

@PORTALPONTOZERO

ACADEMIA JOVENS MÚSICOS LEVA MÚSICA E TEATRO A ESCOLAS PÚBLICAS DE PIRACICABA

PROJETO “JOVENS MÚSICOS PELA SUSTENTABILIDADE” PROMOVE ATIVIDADES SOBRE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL EM TRÊS DATAS DE SETEMBRO E OUTUBRO

Imagem: Thais Campos



Mônica Salles apresenta o Teatro da Consciência Ecológica para estudantes da rede pública

A Academia Jovens Músicos dá sequência ao projeto “Jovens Músicos pela Sustentabilidade” com ações de arte, música, teatro e consciência ambiental em escolas públicas de Piracicaba. As palestras, chamadas de Teatro da Consciência Ecológica, contemplam as seis turmas atendidas pelo projeto.

As atividades serão realizadas no dia 30 de setembro, na Escola Municipal Prof. Luis Claudio Alves, no Jardim Primavera, às 13h30 e 14h15; no dia 6 de outubro, na sede da Academia Jovens Músicos, no Centro, às 16h e 16h45; e no dia 7 de outubro, na Escola Estadual Jaçanã Pereira Guerrini, no bairro Independência, às 12h25. As ações tiveram início no dia 2 de setembro, na Escola Estadual Jethro Vaz de Toledo, em dois horários pela manhã.

Pensado pela estrategista de comunicação socioambiental Mônica Salles, o projeto aborda o tema de forma lúdica e participativa. Após a encenação, a palestrante conduz um bate-papo com os estudantes, em uma proposta de educação ambiental conectada à vivência teatral.

“Quando a arte, a música e o teatro entram em cena, temas como sustentabilidade e mudanças climáticas ganham um novo significado para crianças e jovens”, afirma o coordenador da Academia Jovens Músicos, o maestro Anderson de Oliveira. Mônica Salles também destaca o papel da atividade no processo formativo dos alunos, ao transformar a discussão sobre mudanças climáticas em vivência prática.

O projeto é realizado com apoio do Programa de Ação Cultural – ProAC, da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Governo do Estado de São Paulo, e da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) do Ministério da Cultura e Governo Federal, com produção-executiva da etrês social. Mônica Salles é estrategista de Comunicação Socioambiental, acumula 26 anos de experiência profissional e criou para a Academia Jovens Músicos o método Teatro da Consciência Ecológica, inspirado em obras de William Shakespeare e adaptado para trabalhar questões ambientais de maneira participativa e acessível aos estudantes. A atividade é exclusiva para os alunos das escolas.

INFORMAÇÃO
TAMBÉM
PROTEGE

MAIS
SEGURANÇA
PARA
MAIS
MULHERES

VOCE
NÃO ESTÁ
SOZINHA

8:15

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Delegacia Eletrônica

Acesse a Delegacia Digital

Registre a ocorrência de forma segura, rápida e sem sair de casa.

Criar Conta

Acessar Conta

Esperou a senha? Recuperar Conta

Registro de Ocorrência

Mais Segurança

Atendimento ao Cidadão

Denunciar também é cuidar de você.

Violência doméstica

registro online em SP

Mulheres podem comunicar a ocorrência pela Delegacia Digital

Emergência: 190

Orientação: 180

Denúncia: 181

DISQUE, FALE, SEJA OUVIDA.

POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO — POR UMA SOCIEDADE MAIS SEGURA

BORDEIRAS DA ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA

Urubatão

Linhas que bordam, gestos que transformam!

Trabalho voluntário que une solidariedade e convivência em prol de ações assistenciais.

TODAS AS QUARTAS-FEIRAS das 14h às 16h

SEDE DA ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA URUBATÃO Rua Fernando Febeliano da Costa, 1828 São Judas – Piracicaba/SP

RENDA REVERTIDA para ações assistenciais desenvolvidas pela Associação.

PAGAMENTO PIX ou dinheiro

@associacaoespiritaubatao

@bordadeirasdourubatao

Cada ponto carrega amor, cada peça transforma vidas!

NESTE MÊS, NOSSO CONVITE É ESPECIAL.

PIX DO MÊS

CHAVE PIX CNPJ

11174841000131

DOE

R\$ 17,00

PELOS 17 ANOS DA VIRA LATA VIRA VIDA

VIRA LATA VIRA VIDA

POR UMA VIDA DIGNA

WWW.PORTALPZ.COM.BR

PORTAL PONTO ZERO

f @ PORTALPONTOZERO

CENTRO PAULA SOUZA AMPLIA EM 55% VAGAS DE FORMAÇÃO QUE INTEGRA ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR

PARA 2027, SÃO MAIS DE CINCO MIL VAGAS NO MODELO AMS, QUE PERMITE SEGUIR DA ETEC À FATEC SEM NOVO VESTIBULAR

Imagem: Divulgação



Etec Dep. Ary de Camargo Pedroso

O Centro Paula Souza (CPS) ampliou em 55% a oferta de vagas da formação que reúne ensino médio, curso técnico e graduação superior em um único percurso. Para 2027, são mais de cinco mil vagas em diferentes cidades do Estado, 1800 a mais que as ofertadas no processo seletivo anterior.

A iniciativa faz parte da Articulação da Formação Profissional Média e Superior (AMS), criada pelo CPS em 2019. Para participar, o estudante precisa ingressar no programa por meio do Vestibulinho da Escola Técnica Estadual (Etec). A modalidade permite que o ensino médio seja integrado ao técnico e, depois, siga

para uma graduação tecnológica na mesma área, completando os três diplomas em cinco anos.

Nos três primeiros anos, o aluno cursa o ensino médio integrado ao técnico e também realiza 200 horas de atividades em uma empresa parceira. Ao concluir essa etapa e cumprir os requisitos do programa, o aluno segue para a Faculdade de Tecnologia (Fatec) na mesma área do curso técnico, sem a necessidade de prestar um novo vestibular. A graduação é concluída nos dois anos seguintes.

As inscrições estão abertas até às 20h de 3 de novembro e devem ser feitas pelo site Vestibulinho das Etecs. A prova do processo seletivo será em 6 de dezembro, às 13h30. No site do Vestibulinho das Etecs, o candidato pode consultar as unidades participantes.

Entre as áreas de formação oferecidas para o formato de ensino AMS estão Administração, Agronegócio, Agropecuária, Agenciamento de viagem, Automação industrial, Edificações, Gastronomia, Logística, Mecânica, Mecatrônica, Meio ambiente, Química e Desenvolvimento de Sistemas e Recursos Humanos.

VESTIBULINHO DAS ETECS 2027

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

Etec

Dep. Ary de Camargo Pedroso

ADMINISTRAÇÃO

Manhã | 40 vagas

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Manhã | 40 vagas

AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL - MNP

Tarde | 40 vagas

MARKETING

Tarde | 40 vagas

LOGÍSTICA

Integral - manhã e tarde | 40 vagas

Para mais informações acesse:

vestibulinho.etec.sp.gov.br

CPS

Centro Paula Souza

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

VESTIBULINHO DAS ETECS 2027

CURSOS TÉCNICOS

Etec

Dep. Ary de Camargo Pedroso

AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL

Noturno | 30 vagas

ELETROELETRÔNICA

Noturno | 30 vagas

LOGÍSTICA

Noturno | 30 vagas

Para mais informações acesse:

vestibulinho.etec.sp.gov.br

CPS

Centro Paula Souza

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O PREÇO DA LIBERDADE



Há uma pergunta que poucas mulheres ouviram durante a infância: “O que você fará para construir seu patrimônio?”. Durante décadas, a educação feminina ensinou boas maneiras, responsabilidade, organização e economia doméstica. Falou sobre como administrar uma casa, mas nem sempre sobre como construir independência financeira. Muitas aprenderam a controlar despesas antes mesmo de aprender a multiplicar patrimônio. Como se o dinheiro fosse um assunto importante demais para ser ignorado, mas inadequado demais para ser discutido.

Essa herança cultural ajuda a explicar por que tantas mulheres ainda tratam as finanças como uma obrigação prática e não como uma ferramenta de liberdade. Não se trata de incapacidade, muito menos de desinteresse. Basta observar a realidade. Milhões de mulheres sustentam suas famílias, administram empresas, lideram equipes, empreendem, ocupam cargos públicos e tomam decisões econômicas todos os dias. Ainda assim, quando o assunto é investimento, patrimônio ou planejamento financeiro de longo prazo, persiste um silêncio curioso, como se prosperidade fosse um território naturalmente masculino.

A consequência dessa cultura aparece de diferentes maneiras ao longo da vida. Algumas mulheres interrompem a carreira para cuidar dos filhos ou dos pais idosos e descobrem, anos depois, que também interromperam sua construção patrimonial. Outras permanecem financeiramente dependentes de relacionamentos que já deixaram de existir emocionalmente. Há aquelas que chegam à aposentadoria percebendo que dedicaram décadas ao cuidado da família sem conseguir construir uma reserva própria. E existem as que administram cada centavo do orçamento doméstico, mas nunca foram incentivadas a pensar na riqueza como um projeto pessoal.

Falar de dinheiro ainda provoca desconforto. Talvez porque ele tenha sido associado, por muito tempo, à ambição, e a ambição feminina continue despertando estranhamento em alguns ambientes. Um

homem bem-sucedido costuma ser descrito como determinado. Uma mulher bem-sucedida ainda pode ser chamada de fria, excessivamente competitiva ou materialista. São rótulos que não aparecem por acaso. Eles refletem uma cultura que, durante séculos, esperou das mulheres generosidade, cuidado e discrição, mas nem sempre autonomia.

Existe, porém, uma diferença importante entre buscar riqueza e buscar independência. A primeira pode ser uma escolha. A segunda deveria ser um direito. A liberdade de decidir onde morar, com quem viver, quando mudar de carreira, como enfrentar uma crise ou até mesmo como envelhecer depende, em grande medida, da capacidade de fazer escolhas sem que elas estejam condicionadas exclusivamente ao dinheiro. E isso exige planejamento.

Não é coincidência que a dependência financeira apareça com frequência entre os fatores que dificultam o rompimento de relacionamentos abusivos. Quando uma mulher não possui renda própria, reserva financeira ou segurança para recomeçar, sua liberdade deixa de ser apenas emocional. Torna-se também econômica. Nenhuma política pública de proteção será plenamente eficaz se a autonomia financeira continuar sendo tratada como um detalhe secundário.

Mas seria um erro limitar essa discussão à violência doméstica. A independência econômica também transforma casamentos saudáveis, fortalece relações equilibradas e reduz assimetrias de poder dentro da própria família. Quando duas pessoas escolhem permanecer juntas porque desejam compartilhar a vida, e não porque uma depende financeiramente da outra, o vínculo deixa de ser sustentado pela necessidade e passa a ser sustentado pela escolha. Poucas formas de afeto são tão maduras quanto essa.

Há outra mudança silenciosa em curso. As mulheres vivem mais do que os homens, estudam mais e ampliam, ano após ano, sua presença no mercado de

trabalho e no empreendedorismo. Esse novo cenário exige uma conversa que ainda acontece timidamente. Planejamento financeiro deixou de ser um tema restrito aos especialistas em investimentos. Tornou-se uma questão de qualidade de vida, longevidade e autonomia. Pensar na aposentadoria, proteger o patrimônio, compreender investimentos e organizar sucessões familiares não é uma demonstração de apego ao dinheiro. É uma demonstração de responsabilidade consigo mesma.

Talvez o maior obstáculo continue sendo cultural. Muitas mulheres administram com excelência os recursos da família, mas hesitam quando o assunto é investir em si. Pagam cursos para os filhos antes de considerar uma especialização própria. Planejam o futuro de todos, menos o seu. Adiam sonhos porque acreditam que sempre haverá prioridades mais urgentes. E, quando finalmente olham para a própria vida, descobrem que o tempo também cobra juros.

É claro que dinheiro não compra felicidade. Essa frase continua verdadeira. O problema é que ela costuma ser usada para desvalorizar algo que o dinheiro efetivamente compra: liberdade. Compra tempo para estudar, condições para empreender, acesso à saúde, segurança para mudar de caminho e tranquilidade para dizer “não” quando necessário. Quem reduz a educação financeira a uma planilha de gastos ignora que ela também representa uma forma de cidadania.

Talvez a pergunta mais importante não seja quanto uma mulher ganha, mas quanto ela consegue decidir sobre a própria vida. Porque patrimônio não é apenas aquilo que está na conta bancária. É a capacidade de escolher sem medo, de recomeçar sem desespero e de envelhecer sem depender da boa vontade de terceiros. Durante muito tempo, ensinaram mulheres a cuidar do patrimônio da família. Chegou a hora de lembrar que elas também têm o direito — e a responsabilidade — de construir o próprio. Afinal, a independência financeira não é o preço da liberdade. É uma das formas mais concretas de conquistá-la.

UMA PICADINHA QUE VALE UMA VIDA



Eu, Paçoca, gostaria de registrar uma reclamação formal: nós, cachorros, já aceitamos banho, escovação, cortar unhas e até aquela história de não subir no sofá quando os humanos acham que estão mandando. Mas vacina? Vacina é sempre anunciada com uma delicadeza suspeita. “É rapidinho”, dizem. Eu nunca confiei em quem começa uma frase assim.

A Matilda, mais diplomática, costuma lembrar que a vacina antirrábica é coisa séria. E ela tem razão. A raiva é uma doença grave que pode atingir animais e seres humanos e, depois que surgem os sinais clínicos, é quase sempre fatal. Por isso, a prevenção não é exagero, é responsabilidade.

Nós não entendemos por que alguns humanos deixam a vacinação para depois. “Ele fica só em casa”, dizem. Pois bem, nós também gostamos de ficar em casa, mas portas abrem, portões ficam entreabertos, outros animais aparecem e o mundo é muito maior do que o quintal.

A vacinação protege a nós e também protege vocês. Afinal, se existe uma doença que pode ser evitada com uma vacina, não parece muito inteligente esperar que alguma coisa aconteça para então pensar no assunto.

E existe outro detalhe importante: manter a vacinação em dia faz parte da responsabilidade de quem escolheu cuidar de um animal. Assim como comida, água, abrigo e atendimento veterinário, prevenção também é cuidado.

Eu, Paçoca, continuo achando a agulha uma afronta pessoal. A Matilda prefere dizer que é apenas um pequeno desconforto em troca de uma grande proteção. Ela tem esse jeito elegante de enxergar as coisas.

No fim, acho que concordamos.

Pode até ser uma picadinha.

Mas é uma picadinha que ajuda a proteger vidas.

Então, se a vacina antirrábica do seu cachorro ou gato está atrasada, converse com um médico-veterinário e coloque a carteirinha em dia. Não espere a doença lembrar vocês da importância da prevenção.

Nós já temos amor suficiente para oferecer.

Deixem a parte da responsabilidade com vocês.

Paçoca & Matilda

Oito patas, quatro olhos atentos e uma pequena aversão à agulha, mas nenhuma dúvida sobre a importância de estar protegida.

DEFESA DE BOLSONARO PEDE AO STF SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DA PENA

PEDIDO FOI APRESENTADO A NUNES MARQUES NO PROCESSO DE REVISÃO CRIMINAL DA TRAMA GOLPISTA

Imagem: Reuters/Diego Herculano



Ex-presidente Jair Bolsonaro

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro pediu ao ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), a suspensão do cumprimento da pena de 27 anos e três meses a que ele foi condenado por liderar uma tentativa de golpe de Estado. O pedido foi apresentado no processo de revisão criminal do caso da trama golpista, aberto em maio e distribuído para a relatoria de Nunes Marques, integrante da Segunda Turma do STF.

Bolsonaro foi condenado pela Primeira Turma do STF em setembro do ano passado e preso em novembro. Depois, em março, teve concedida prisão domiciliar humanitária, em razão de problemas de saúde, e cumpre pena em sua casa, no bairro do Jardim Botânico, em Brasília.

Segundo os advogados, o ex-presidente não poderia ter sido julgado pela Primeira Turma, composta por cinco ministros, e sim pelo plenário do STF, com 11 ministros. O argumento é o de que os crimes teriam

sido cometidos durante o exercício da Presidência da República, o que atrairia a competência exclusiva do plenário. A defesa afirma ainda que o julgamento por uma das turmas seria inadmissível, ilegal e inconstitucional.

Na peça protocolada, os advogados sustentam que a continuidade da execução da pena durante a revisão criminal pode causar dano irreparável. Eles pedem que a execução fique suspensa até o julgamento definitivo do pedido. O processo ainda não foi a julgamento.

TCDF BLOQUEIA ATÉ R\$ 2,7 BILHÕES EM BENS E CONTAS DE EX-DIRIGENTES DO BRB

DECISÃO UNÂNIME FOI TOMADA EM SESSÃO FECHADA E MIRA CINCO EX-DIRIGENTES DO BANCO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Cerca de 1,97 milhão de eleitoras e eleitores com deficiência estão aptos a votar nas eleições de outubro, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O número representa crescimento de 42% em relação às eleições gerais de 2022, quando 1,38 milhão de pessoas com deficiência estavam inscritas para votar. Entre esse eleitorado, 319.489 pessoas declararam ter deficiência visual. Em 2022, eram 214.088, aumento de aproximadamente 49%.

Para acompanhar o avanço desse eleitorado, a Justiça Eleitoral ampliou o número de seções eleitorais principais com acessibilidade. Em 2022, eram 156.296. Para as eleições deste ano, são 220.577, alta de cerca de 41%. A expansão vem acompanhada de recursos voltados a dar mais autonomia no momento da votação.

A aposentada Regina Célia Santos, que tem deficiência visual, diz que não deixa de votar. Mesmo após perder a visão, há 14 anos, ela mantém o voto como um compromisso com a cidadania. “A obrigação do brasileiro é exercer essa cidadania”, disse. “Se a gente quer um país melhor, temos que tentar mudar as cadeiras.”

Para eleitoras e eleitores com deficiência visual, a urna eletrônica oferece sistema de áudio, que pode ser usado com fone de ouvido descartável fornecido pela Justiça Eleitoral. O equipamento permite ouvir as informações apresentadas pela urna e acompanhar a votação. Há também identificação tátil da tecla 5, teclado numérico com identificação em Braille e recursos de áudio para a leitura das teclas digitadas e dos nomes das candidaturas. Para eleitoras e elei-

tores surdos, a urna conta com intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) na tela.

Durante visita ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), Regina conheceu os recursos disponíveis na urna e recebeu orientações sobre o funcionamento do sistema de áudio, inclusive os comandos para aumentar e diminuir o volume. O secretário de Tecnologia da Informação do TRE-RJ, Michel Kovacs, explicou que eleitoras e eleitores com deficiência visual podem usar os recursos de áudio mesmo sem terem informado previamente essa condição à Justiça Eleitoral. Se a pessoa já estiver cadastrada, o áudio é habilitado automaticamente. Se não estiver, basta informar ao mesário para que o sistema seja ativado e o fone seja fornecido.

Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida têm preferência para votar. A prioridade também se estende à pessoa acompanhante ou ao atendente pessoal, mesmo que esteja inscrita para votar em outra seção eleitoral. Eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida podem escolher uma pessoa de confiança para auxiliar durante a votação, mesmo sem solicitação antecipada à Justiça Eleitoral. A assistência deve ser registrada na ata da mesa receptora de votos. No caso de pessoas com deficiência visual, é permitido usar o alfabeto comum ou o sistema Braille para assinar o caderno de votação. Também é possível utilizar instrumento mecânico próprio ou fornecido pela mesa receptora. A Justiça Eleitoral assegura ainda o ingresso e a permanência na seção eleitoral de pessoas acompanhadas por cão-guia.

Imagem: Fernando Frazão/Agência Brasil



Cerca de 1,97 milhão de eleitoras e eleitores com deficiência estão aptos a votar nas eleições de outubro

LEI CRIA PROTOCOLO DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA E SEXUAL

NOVA NORMA DETERMINA ENCAMINHAMENTO IMEDIATO À UNIDADE DE SAÚDE, TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS E LAUDO PERICIAL EM ATÉ DEZ DIAS

Imagem: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Foi sancionada lei que institui protocolo de atendimento a mulheres, crianças e pessoas vítimas de violência física e sexual.

Foi sancionada na quarta-feira, 23 de setembro, a lei que institui um protocolo de atendimento a mulheres, crianças e pessoas vítimas de violência física e sexual. A medida determina que o primeiro atendimento seja feito por um profissional de segurança pública, que deverá garantir o encaminhamento imediato da vítima a uma unidade pública de saúde e registrar a ocorrência.

Chamado de Protocolo Intersetorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência, o texto orienta a atuação das autoridades em casos de violência física e sexual contra mulheres, crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade. A

nova legislação também prevê treinamento periódico para profissionais de saúde e de segurança pública, com foco em evitar a revitimização.

A lei, a Lei n 15.516, de 22 de setembro de 2026, altera a Lei n 12.845, de 1 de agosto de 2013, a chamada Lei do Minuto Seguinte, que já assegurava atendimento imediato pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência sexual. Entre as medidas previstas estão atendimento médico, psicológico e social, exames preventivos, informação sobre direitos e notificação à autoridade competente em até 24 horas nos casos com indícios ou confirmação de violência sexual.

O novo protocolo também determina atendimento médico imediato para avaliação do estado clínico e emocional, preservação de materiais e vestígios que possam ser usados no exame médico-legal, deslocamento do perito até a vítima quando ela não puder comparecer, salas reservadas nas unidades policiais ou de saúde e conclusão do laudo pericial em até dez dias corridos. Em casos de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar deve ser comunicado. O descumprimento do protocolo poderá configurar violência institucional, nos termos da Lei de Abuso de Autoridade (Lei n13.869, de 5 de setembro de 2019).

TCDF BLOQUEIA ATÉ R\$ 2,7 BILHÕES EM BENS E CONTAS DE EX-DIRIGENTES DO BRB

DECISÃO UNÂNIME FOI TOMADA EM SESSÃO FECHADA E MIRA CINCO EX-DIRIGENTES DO BANCO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Imagem: Joédson Alves/Agência Brasil

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) decidiu, nessa quarta-feira (23), bloquear até R\$ 2,7 bilhões em contas e bens de cinco ex-dirigentes do Banco Regional de Brasília (BRB). A medida, tomada de forma unânime em sessão fechada, foi adotada em meio à crise provocada por negócios do banco com o Banco Master.

O Banco Master foi liquidado em novembro do ano passado pelo Banco Central por indícios de gestão fraudulenta. Segundo o TCDF, os ex-dirigentes do BRB terão 30 dias para se defender.

O valor total do bloqueio é de R\$ 2.761.749.206,55. A decisão tem o objetivo de resguardar eventual ressarcimento aos cofres públicos diante de indícios apontados em apurações. O BRB é uma instituição pública controlada pelo governo do Distrito Federal.



O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) decidiu bloquear até R\$ 2,7 bilhões